

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - GEOGRAFIA

UMA ANÁLISE DO ACESSO A ÁGUA E DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO A PARTIR DO PERFIL DE RENDA E RAÇA NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA INTEGRALMENTE INSERIDOS NA BACIA DO GUANDU – DADOS DO CENSO 2022

Julia Ramos (barcelosjulia79@gmail.com)

Esta pesquisa analisa as desigualdades no acesso à água potável e ao esgotamento sanitário em Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri e Queimados, municípios da Baixada Fluminense integralmente inseridos na Bacia Hidrográfica do Guandu, território de extrema relevância para o abastecimento hídrico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A escolha desse recorte espacial se justifica pela contradição existente entre a importância estratégica da bacia, responsável por garantir água para milhões de habitantes, e a precariedade dos serviços de saneamento básico disponíveis para as populações locais. A pesquisa parte da perspectiva da geografia crítica e da ecologia política para compreender o saneamento como um direito social fundamental e, ao mesmo tempo, como um campo marcado por disputas políticas, desigualdades socioespaciais e pela produção de vulnerabilidades. O objetivo principal é analisar de que forma os recortes de raça e renda estruturam o acesso desigual à água e ao esgotamento sanitário nesses municípios, buscando evidenciar como as condições precárias atingem com maior intensidade as populações negras e de baixa renda, que historicamente ocupam áreas periféricas e com menor cobertura de serviços públicos. A metodologia combina procedimentos quantitativos e qualitativos,

articulando levantamento e sistematização de dados secundários do Censo Demográfico do IBGE (2022), do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e de relatórios institucionais, além da produção cartográfica por meio do software QGIS, que possibilita espacializar os dados e revelar padrões territoriais das desigualdades. Embora haja limitações quanto à disponibilidade de dados detalhados sobre renda e raça nos indicadores oficiais de saneamento, a análise permite identificar tendências significativas. Os resultados preliminares apontam que a cobertura de esgotamento sanitário é extremamente reduzida nos municípios estudados, em alguns casos inferior a 20% dos domicílios, e que o acesso à rede de abastecimento de água, apesar de mais amplo, apresenta intermitências e irregularidades, sobretudo nas áreas periféricas e favelizadas. Observa-se, ainda, que as desigualdades raciais se expressam na sobreposição entre territórios majoritariamente ocupados por população negra e a precariedade dos serviços, revelando um padrão de injustiça ambiental que reforça a vulnerabilidade social. A discussão evidencia que tais desigualdades não podem ser compreendidas apenas como falhas técnicas ou déficits de infraestrutura, mas como expressão de um modelo histórico de urbanização excludente, que marginaliza determinados grupos sociais e perpetua a lógica de um “saneamento seletivo”. Nesse sentido, a universalização do saneamento básico, prevista pelo marco legal, exige mais do que investimentos em obras: demanda a incorporação da perspectiva da justiça territorial e ambiental, considerando as especificidades dos grupos mais atingidos e a democratização dos processos de decisão sobre a gestão hídrica. Conclui-se que o caso da Bacia do Guandu explicita a contradição entre ser o principal manancial de abastecimento da metrópole e, ao mesmo tempo, concentrar municípios com graves carências em saneamento básico, reforçando a urgência de políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais e promovam o direito ao saneamento como parte essencial do direito à cidade e à saúde.

Palavras-chave: saneamento básico; desigualdades socioespaciais; baixada fluminense;